

BC deve intervir na conversão informal

BRASÍLIA — O Banco Central poderá intervir ainda este mês no mercado de conversão informal — fora da regulamentação do BC. O Diretor da Área Externa do Banco Central, Arnin Lore, justificou a necessidade desta intervenção porque os cruzados utilizados para pagamento da dívida não estão sendo reinvestidos no país, ferindo o princípio básico do processo de conversão em investimento.

— O processo de conversão informal tem se desviado para outros destinos que não o investimento — afirmou Lore.

Fontes do Banco Central explicaram que o maior problema com a conversão informal — a empresa paga suas dívidas em dólares ao credor em cruzados, mas fora da regulamentação do BC — é que os cruzados utilizados como pagamento, que deveriam ser aplicados em investimento no Brasil, pelo credor, estão sendo desviados para o mercado paralelo do dólar. Nesta operação, o credor troca os cruzados recebidos por dólar no paralelo e remete estes recursos para suas matrizes no exterior, desviando divisas do país.

Este processo é ainda mais danoso, principalmente no momento em que o país fecha um acordo com os credores que permite o pagamento da dívida em 20 anos. Ao executar o pagamento, mesmo que em cruzados, o Brasil acaba pré-pagando uma dívida, já que os recursos não estão sendo investidos no país.

Outra razão de preocupação, segundo Lore, é que as regras de câmbio não estão sendo obedecidas neste processo de conversão e que os cruzados estão sendo utilizados de forma inadequada. O resultado tem sido uma norme pressão sobre o mercado paralelo do dólar, que chega a registrar uma defasagem de mais de 30% em relação ao dólar no oficial. Lore, no entanto, não quis adiantar que tipo de medidas o governo poderá tomar para intervir neste mercado, apesar de fontes do BC terem adiantado que uma das formas poderia ser através da Receita Federal, que teria um controle sobre o pagamento efetuado pelas empresas brasileiras.

Lore disse também que a intervenção será feita de surpresa, assim como ocorreu com o bloqueio das contas das empresas estatais e estaduais nas agências bancárias, por estarem em débito com o Banco do Brasil. Justificou a necessidade de manter sigilo sobre a operação para não dar condições dos nela envolvidos terem formas de fugir ao controle do BC.

O diretor da Área Externa disse que também estão em fase de conclusão as alterações nos depósitos de exportação, em moeda estrangeira, hoje em 3 bilhões de dólares, regulamentados pela resolução 1.208 e que permite aos exportadores receberem uma remuneração da *libor* mais correção cambial pelos dólares depositados no BC. Lore descartou a possibilidade deste depósito ser extinto de uma só vez, mas disse que poderá ser criada a OTN com correção cambial como mais uma alternativa para os exportadores. A medida pode entrar em pauta na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, no dia 29.